

Estado do Rio Grande do Norte

---

# Pedagógium

REVISTA OFFICIAL

—DA—

“Associação de Professores”

DR. ISRAEL NASARENO



NATAL

EMPRESA TYPOGRAPHICA NATALENSE, LTD.

1922

# ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES

COM O SILMO DIRECTOR PARA O ANNO SOCIAL DE 1922

- Presidente*—Professor Amphilouquio Carlos Soares da  
Camara (reeleito).
- Vice-Presidente*—Professor Luiz Correia Soares da  
Araújo.
- 1.<sup>a</sup> *Secretaria*—Professora Julia Alves Barbosa (re-  
leita).
- 2.<sup>o</sup> *Secretario*—Oscar Wanderley (reeleito).
- Orador*—Professor Severino Bezerra de Mello.
- Thesoureiro*—Professor Francisco Ivo Cavalcanti  
(reeleito).
- Bibliothecaria*—Professora Francisca Soares da C  
mara.
- Adjuncta do Secretario*—Professora Stella Ferreira  
Gonçalves (reeleita).
- Adjuncta do Orador*—Professora Maria Carolina  
Wanderley.
- Adjuncta do Thesoureiro*—Professora Rosa Cabral.
- Adjuncta da Bibliothecaria*—Professora Maria Em-  
liana da Silva.



Estado do Rio Grande do Norte

# Pedagogium

REVISTA OFFICIAL

DA

“Associação de Professores”

sob a direcção do Dr. Nester  
dos Santos Lima, director da  
Escola Normal : : : : :

**NATAL - SETEMBRO - 1922**

ANNO 2



NUM 5

**NATAL**

EMPRESA TYPOGRAPHICA NATALENSE, LTD.  
**1922**



## Ave, Patria!

O grandioso acontecimento historico, hoje commemorado em todos os recantos da nossa Patria, tem para o magisterio um aspecto da mais alta revelancia.

E, podemos affirmar, o inicio da nova era de trabalho mais ou menos consciencioso em prol da formação mental do povo, que politicamente se constituira, com o memoravel episodio do Ypiranga, a maior e mais bella nação do novo continente.

O pouco ou nenhum esforço que nesse sentido fizera o Rei transmigrado, si bem tivesse logrado exito, tendia a desaparecer com a reacção formidavel das Côrtes Portuguezas, que forcejaram a recolonização.

Graças á emancipação, o povo brasileiro poudo, na posse de si mesmo, estabelecer, logo depois, as linhas geraes de um vasto programma educativo, com a celebre lei de 15 de outubro de 1827.

Á influencia dos seminarios episcopaes, nas varias capitaes das provincias, unida á acção das academias, creadas naquellemesmo

anno, em Olinda e São Paulo, devemos  
formação dos espiritos superiores que  
prepararam, dirigiram e executaram os  
grandes anseios humanitarios da naciona-  
lidade.

Hoje que, por toda a parte, outro  
grito não resôa que o do entusiasmo patrio-  
tico em honra dos denodados paladinos da  
Independencia, cumpre nos, interpretes de  
sentir de uma vasta aggremação civico-pro-  
fissional, congratularmo-nos effusivamente  
com todo o professorado nacional, pelo  
transcurso da majestosa ephemeride, formu-  
lando ardentes votos para que sejam con-  
seguidos, no desenrolar do 2º seculo de  
existencia soberana, todos os grandes anhé-  
los da nossa estremecida profissão, isto é  
a educação integral do povo brasileiro

Salve, glorioso 7 de Setembro!

# Accção da Maçonaria na Independencia (\*)

---

*Exmo. Sr. Governador do Estado.  
Confrade Presidente.  
Exmas. Senhòras e Senhorinhas.  
Senhores:*

O prisma pelo qual se têm estudado os acontecimentos de nossa historia merece reformado. A obra dos nossos historiadores é uma construcção frágil, architectada sem criterio, ao sabor das paixões do momento em que foi escripta. Estamos costumado a ver se renovarem continuamente as versões sobre factos capitaes do nosso passado, pela culpa daquelles que não aguardam o juizo do futuro sobre os agentes das transformações politicas e sociaes, que hemos experimentado.

---

**N. da R.**

**(\*) Este inedito e valioso trabalho historico do nosso consocio, professor Adaucto da Camara, não obstante os fins maçonicos visados, bem merece a inserção nas columnas do PEDAGOGIUM, devido á oportunidade do thema desenvolvido, para o numero especial com que contribuimos para a comemoração da nossa Emancipação Politica.**

A verdade historica... Escrevendo o prefacio das «Donas dos tempos idos» chamou-lhe o Conde de Sabugosa, com a auctoridade decorrente de seu grande valor, — «férula para uso da critica, ideal intangivel, constante tormento de escriptôres».

Os factos do nosso conhecimento diario são adulterados pela narraçào, contestados em seus pormenores pelas suas proprias testemunhas visuaes. Conta aquelle historiador portuguez a anecdotade de dois jornalistas que fôram assistir ao consorcio da actual soberana de Hollanda. Dois profissionaes da imprensa, com o encargo especial de se informarem com cuidado, para narrar ao publico, o fausto daquella cerimonia de côrte, não se sahiram melhor que dois excursionistas, desinteressados de colher minucias da solennidade nupcial: cada um narrou de maneira differente certas particularidades da pompa real—um extranhou que o noivo estivesse á esquerda da rainha, e o outro assegurou que o noivo lhe déra a direita, como em toda a parte. Dahi a um seculo, o chronista curiôso de reconstituir um quadro de costumes, entre a velha sociedade neerlandesa, servindo-se daquellas fontes controversas, dirá com isso, que elle chamará, então, com empãfia, «documentos da época», que nos Paizes-Baixos, contra as usanças de todo o mundo civilisado, *era costume a noiva dar a direita ao noivo*. Nada, com effeito, mais difficil de reduzir às suas justas proporções que a verdade historica. Entre nós, é uma chiméra, quando se procura nos compendios açodados, que infiltram, na alma dos môços, as noções mais erroneas sobre o passado. E' mal de que, difficilmente, nos curaremos no Brasil, com o habito avoengo das condescendencias, com a estratificação, longamente processada, do servilismo, no espirito dos homens cultos, promptos, sempre, a deturpar os factos e negar merecimentos, se isto está na conveniencia dos poderosos do dia. Que dizer de uma historia nacional, apressada por



louvar os mortos, estipendiada pelos interesses dos vivos? Que dizer de uma historia nacional escripta sem serenidade, sem visão, sem documentação, sem o amor da pesquisa, sem a ansia de plasmar, com elementos definitivos, os vultos culminantes da nacionalidade? Nós es'amos todos os dias a assistir as pugnas mais acaloradas, em torno de um homem ou de um incidente politico, porque a contribuição dos historiadores é deficiente, e nos deixa muita vez perplexos, ante os elementos contraditórios que nos propina.

Não vimos a Constituinte Republicana sagrar Benjamin Constante fundador da Republica? Suas cinzas inda estavam quentes, quando o sentimentalismo doentio do legislador enxertou, no Codigo politico do Paiz, aquella inverdade historica. Não vimos um decreto consagrar o Tiradentes pròto-Martyr da Independencia? Suppliciado foi elle, sem duvida, pelo principio que, 30 annos após, havia de nos erigir como nação livre, em face do mundo. Mas, na chronologia dos seus martyres, elle não é o primeiro. Não vimos um acto official, secundando uma tradição errada, fixar em 3 de maio o dia do Descobrimento? Esta balburdia é fructo da indisciplina dos nossos escriptôres, no tocante aos methodos mais serios da investigação historica. E por muito tempo teremos esta deploravel indecisão sobre os nossos homens, sobre a sua acção nos acontecimentos mais notaveis de seu tempo. Os innovadores, como desdenhosamente lhes chamam aos que procuram revolver archivos, exhumar testemunhos para a dilucidação dos factos, terão muito que lutar ainda, para demolir os alicerces dessa «historia academica», que affecta gravidade de maneiras e intencional nobreza, abstrae dos têxtos, sonega fontes, passa ao largo da bisbilhotice, não entra nas alcôvas, não devassa a intimidade confidencial da correspondencia, não espreita pelos orificios das fechaduras, para surprehender segredos e

esclarecer tantos pontos da historia de um pòvo. (1)

Quantas vezes não está nessas insignificancias o ponto de partida de um movimento politico?! Que de vezes os destinos de uma nação se transmudam por uma scena intima, por um capricho de amante, por uma conveniencia de familia, por um nonáda, desses em que abunda a historia de todas as nações?! Mas, os aristocratas, que não esmiúçam os sentimentos dos personagens que sobre elles influiram, por uma convencional repulsa de penetrar intimidades, nunca achariam a explicação razoavel das transformações, cujo imperativo não apparece á flôr das conjecturas. Dahi, essa vasta literatura historica, que se perde em hypotheses, tropêça em interrogações, e se emmaranha em fórmulas vagas e abstractas sem nada concluir. Felizmente, a mesma necessidade de evolução dos processos da historia originou a brilhante escòla que vae buscar a verdade onde ella estiver, rasgando os véos de todas as conveniencias, revivendo escandalos, divulgando segrêdos, abrindo á publicidade os vãos de todos os archivos, reproduzindo, com documentos authenticos, a época em que se desenrolaram os espectaculos estudados.

Por taes meios, o chronista nos pinta o passado, com uma tonalidade impressionante, onde nenhuma particularidade se desaproveita. Hoje se contam 600 volumes sobre a authenticidade das obras de Shakespeare. Julio Dantas indaga, com os documentos na mão, de que morreu D. João VI. Camillo Castello Branco provou que o Marquez de Pombal passou 7 annos em Londres e não aprendeu o inglês, tendo, aliás, um excellente apparatus auditivo. Com attestados do tempo, è que se pòde hoje dizer, graças a este processo de investigação, que Alvarenga e Gonzaga foram duas das mais pusilanimas figuras da revolução de 89. O dr. Ca-

---

(1) Sabugósa.

banès sustenta em sua revista que Maria Antoniêta foi guilhotinada por haver recusado os amôres de Robespierre. Josè Bonifacio cahiu do poder por ter enfrentado a imperial hetaira. D. Francisco Manoel de Mello não arrastou pelas prisões da Asia uma vida tormentosa, em que consumiu a bella vitalidade de seu espirito, por haver terçado armas com o seu soberano, incognito, no parque escuro de um prostibulo? D. João VI foi acoimado de covarde por ter abandonado o reino e vindo refugiar-se na Colonia, numa época em que os generaes de Napoleão derrubavam os thronos como castellos de cartas. Os nossos historiadôres para lógo escreveram que o soberano era indigno da purpura que o revestia, um rei vil, que déra tal demonstração de fraqueza ante as forças de seu omnipotente inimigo. E de tal maneira esta versão se arraigou no espirito de todas as gerações, que é já uma tarefa ardua extinguil-a da intelligencia dos estudantes.

No Brasil, a escôla de renovação da historia por meio da mais acurada pesquisa dos archivos, está representada por Oliveira Lima, Alberto Rangel, Assis Cintra, entre os mais notaveis.

Suas obras são monumentos de solida erudição destinadas a refundir os capitulos mais interessantes de nosso passado, entre os quæes avulta o da Independencia. Campo copiôso de incertezas, de obscuridades, de indecisões, que cumpre elucidar. Em nossos annaes, não há pagina onde se offerêça maior numero de questões á controversia, tal a incoherencia de uns, a superficialidade de outros, o ponto de vista fixo, caprichôso, parcial, de quasi todos quantos formaram a opinião corrente ácerca dos seus personagens e determinantes.

Esta conferencia talvez não agrade a muitos dos que nos deram a honra de vir ouvil-a. Porque não enverêda pelo caminho mais conhecido das sa-grações faceis, dos dithyrambos aosidolos consagra-dos do publico, senão por um nôvo módo de ver,

recentemente pôsto em evidencia depois da luminosa polemica travada, em S. Paulo, entre os srs. Assis Cintra e Lellis Vieira, de onde jorrou tanto conhecimento util, tanta verdade ignorada. Encarada sob este novo aspecto, a Independencia não é obra de um homem, nem de uma familia, para ser um movimento nacional, insuflado em todo o territorio do antigo Reino pela propaganda amadurecida da Maçonaria, dirigida, naquelle tempo, pelos vultos mais eminentes do paiz. Os trabalhos do prof. Assis Cintra vieram fazer uma luz intensa sobre todos os factos que mais proximamente se relacionam com o 7 de Setembro. Elles estão servindo de base para a remodelação deste capitulo tão palpitante do nosso hontem, quando o Brasil amanhecia para a vida independente.

Oxalá que se divulguem, como é de mister para melhor orientação civica das gerações que se estão formando, as quaes é de desejar se não deixem imbuir das mesmas falsas noções que colhemos nós outros nos bancos escolares.

\* \*  
\*

A historia da Maçonaria no Brasil pode-se dizer que é a propria historia das luctas que entretivemos por nos emancipar do dominio portuguez. O seu apparecimento, entre nós, data da época em que ensaiavamos as primeiras tentativas de separação. Não se póde fixar o anno exacto em que se implantou na Colonia a primeira loja maçonica.

Em 1800 já havia no Rio de Janeiro, segundo o Barão do Rio Branco, em suas «Ephemerides», a de 29 de julho de 1800, (Pg. 364) onde narra o seguinte: «Uma divisão naval francêsa, commandada pelo capitão Landolphe, tendo cruzado alguns dias perto da barra do Rio de Janeiro, fez algumas presas e seguia nesta data para o Norte. Na altura de Porto Seguro encontrou-se com a esquadra do commodoro inglês Rowleey Bulteel, e no combate rende-

ram-se 2 fragatas francêsas. Os prisioneiros foram entregues no Rio de Janeiro ao vice-rei Conde de Resende. Refere o cammandante Landolphe que foi bem tratado, porque era pedreiro livre. Um dos filhos do vice-rei levou-o a uma festa maçônica. «Introduzido no recinto do templo (diz elle, em suas «Memorias»), ouvi com muito prazer o discurso do veneravel; mas o que me encheu de admiração foi ver nesse logar, entre os primeiros chefes militares e administradôres da colonia, personagens revestidos das primeiras dignidades da Egreja».

Conta, porem, Mario Mello, que antes de 1800 já havia no Brasil centros de pedreiros-livres.

Em fins do seculo XVIII foi fundado, no linde de Pernambuco e Parahyba, o areópago de Itambé, centro nativista, de essencia secréto, pelo dr. Arruda Camara, sabio botanico brasileiro, que regressara há pouco da Europa, onde concebêra a idêa de vir implantar a Maçonaria em sua patria, para ajudál-a a desvencilhar-se da escravidão que a opprimia.

No areópago instruiam-se os brasileiros nos mysterios da Maçonaria, para mais tarde transformál-a em instrumento da emancipação do Brasil. Não foram, porem, felizes, na conspiração tramada em 1801, em Pernambuco, com agentes nos Estados Unidos da America do Norte, na França e no Rio da Prata. Acredita-se que o fim da conjura era erigir aquella provincia em estado independente, com o regime republicano, sob o patrocínio de Napoleão. ( 1 )

A denuncia foi archivada, apezar de ao juiz haver parecido verisimil, diz Oliveira Lima. (H. da R. de Pernambuco, annotada por O. Lima.)

Disperso o areopago, devido ás perseguições movidas contra elle, não pereceu entretanto o entusiasmo dos que senhavam melhores dias para o Brasil.

---

(1) M. Mello—“Loja Seis de Março de 1817”

Oliveira Lima diz que havia entre nós duas Maçonarias : lojas propriamente maçônicas, de origem portugêsa, e *sociedades secretas*, que eram centros brasileiros. Os nacionaes foram obrigados a constituir estes nucleos nativistas, para se pôrem a coberta de delações, e poder trabalhar mais tranquillos pela felicidade patria.

Ambas tinham a intuição da liberdade e dos direitos do homem, mas cada uma sob o seu ponto de vista particular. Os portugêses não queriam a separação, ao passo que os brasileiros não admittiam a liberdade sem aquella condição.

Foram ellas os centros revolucionarios que agitaram o paiz, em 1817. A tentativa emancipacionista daquelle anno partiu dos clubs secretos existentes em Pernambuco, com o nome de « academias » : a de Suassuna, a do Paraizo, a *escola secreta*, de Antonio Carlos, as lojas Patriotismo, Pernambuco do Occidente, Pernambuco do Oriente, e a de Iguarassú.

Ahi se sentaram os vultos preeminentes do republica de 17 ; sob o seu tecto é que se concertaram os planos, e explodiram os enthusiasmos pela separação. Os emissarios enviados a Londres, aos E. Unidos, a Buenos Ayres eram todos maçons, recommendados pela Maçonaria, a angariar apoio para a novél republica. O movimento revolucionario que, no mesmo anno, dirigido por Bernardino Gomes Freire de Andrada, devia rebentar em Portugal, fôra forjado no interior dos clubs secretos, e acredita-se que houvesse uma combinação entre os promotores de ambos, afim de rebentarem ao mesmo tempo, (1) segundo o depoimento do sr. Raul Brandão, na sua recente obra com que veio esclarecer este ponto da historia do liberalismo portugêes.

Foi a Maçonaria o berço da revolução de 17, onde se preparou longamente. (2) O movimento não

(1) Raul Brandão "A Conspiração de Gomes Freire"

(2) O. Lima—Confª Revista Americana—Março—1918.

foi então coroado de bom exito porque faltava o sentimento generalizado e bastante forte da Independencia Nacional, entre todos os elementos que podiam fazel-a triumphar. Mas, não se verificou o apoio mesmo das provincias do Sul, que seria decisivo no momento. Nos fastos de nossa historia, em seu genero, elle passa por ser o maior, pela grandeza moral de seus personagens, pela coherencia dos factos com as idéas, pelo adiantamento dos principios que presidiram á sua elaboraçãõ. "Movimento local, pela circumscripção geographica; nacional, pela extensão sociologica". (1) Esmagado pela reaccção portuguesa, as figuras que o dirigiram salvaram-lhe a significação, pelo sacrificio nobilissimo de suas vidas, em holocausto à liberdade nacional. Os que não peceram ás mãos dos juizes truculentos da realeza, foram expiar no carcere, em 4 annos de tormentos, o crime de haver sonhado com a Independencia do Brasil. Ahí mesmo, porem, as sevicias, as torturas moraes lhes enrijaram a tempera, encoitraçaram o coração, lhes penetraram na alma claridades boreaes para arrostarem novos perigos, offerecer, com o mesmo stoicismo, a vida, à divindade da Patria, pela sua redempção. Quando se lhes abriram as masmôrras, os signaes dos tempos lhes deram a elles a segurança de que o espirito da Liberdade não mirrara nos peitos brasileiros, e mais alto se affirmava, no exemplo dos heróes que haviam tombado pelo mesmo ideal.

A propaganda ia recommear, desta vez mais promissora, pela separação. A Maçonaria erguia-se para o seu maior triumpho: 1822 convidava-a a escrever nos annaes de um povo a pagina de sua independencia politica.

✕

DR. ISRAEL NASARENO

(1) O. Lima. op. cit.

Até ahí o trabalho da Maçonaria pela separação resultara inutil, quanto aos factos, porque se não apoiava sobre uma organização central, de onde a palavra de ordem irrompês: para todos os paladinos da grande causa. A fundação do Grande Oriente do Brasil, em maio de 1822, veio coordenar esforços e assegurar o bom exito da campanha emancipacionista. José Bonifacio havia sido eleito grão-mestre, tendo como auxiliares na administração Joaquim Gonçalves Lêdo, coronel Luiz Pereira Nobrega, padre Januario da Cunha Barbosa e marechal de campo Joaquim de Oliveira Alvares. De então em diante, do Grande Oriente é que surgiram as suggestões, as indicações para promover o movimento libertador. Porque, verdade seja, antes, ninguem sabia o que queria: se a independencia, se a união. Aos 16 de fevereiro de 1822, o Senado da Camara do Rio de Janeiro, em officio dirigido ás Côrtes, fazendo considerações em torno das ordens emanadas de ali, pelo regresso do Principe Regente a Lisbôa, dizia-lhes que o Brasil queria "ser tratado como irmão, não filho; soberano como Portugal, e nunca subdito; *independente*, finalmente, como elle, e nada menos." (1)

Mas, em officio endereçado no dia seguinte, aos seus representantes ás Côrtes, dando-lhes instrucções sobre o momento, confessava-lhes, entretanto, desejar a união, mas, por meio de um pacto indissolúvel, de condições em tudo eguaes." (2)

A Junta de S. Paulo, onde pontificava o sabio Andrada, tido e havido como patriarcha da Independencia, não destoava do côro de vôtos pela união com Portugal. Em dezembro de 1821, na representação enviada á de Minas, propunha uma alliança offensivo-defensiva, contra quaesquer ordens arbitrias e inconstitucionaes do Congresso. "Lancemos desde já os alicerces de uma união indissolúvel.

(1) D. das Côrtes—1822.

(2) Varnhagen—Pg. 132—H. da Independencia.



*Sempre fomos portugueses, e queremos ser irmãos dos da Europa, mas não seus escravos.* (1) Em o no. 2 do "Reverbero," órgão de Joaquim Gonçalves Lêdo e padre Januario da Cunha Barbosa, vem inserta uma representação por estes patriotas dirigida ás Côrtes. Elles fazem votos por que "eterno vínculo nos ligue eternamente". Esta publicação é de 1º de outubro.

Nas instrucções que a Junta de S. Paulo enviou aos delegados da provincia ao Parlamento, a primeira recommendação é pela "integridade e indivisibilidade do Reino-Unido." Estas instrucções são de 9 de Outubro, e assignadas por José Bonifacio. Acredita Rocha Pombo que era o Marquês de Barbacena quem aconselhava de Londres, essa linguagem de hypocrisia. O que é facto é que todos queriam a união, e não falavam em independencia. Mas enquanto usavam dessa dissimulação, nos clubs maçonicos, diz Varnhagen, (Pg. 120), trabalhavam por organizá-la. Data de setembro de 1821 o apparecimento do primeiro numero do "Reverbero", e, de outubro, o "Espelho", ambos jornaes nacionalistas, no sentido que as conveniencias comportavam naquelle tempo.

O principe-regente anceiava então por voltar a Portugal. Suas cartas a D. João VI attestam que elle não era amigo da causa do Brasil. Em 4 de Setembro de 1821 escrevia elle: "A independencia tem-se querido cobrir commigo e com a tropa; com nenhuma conseguiu nem conseguirá; porque a minha honra e a della é maior que a de todo o Brasil; queriam-me e dizem que me querem acclamar Imperzador; protesto a V. M. que nunca serei perjúro, e que nunca lhe serei falso; e que elles farão essa loucura, mas será depois de eu e de todos os portugueses estar nos feitos em póstas, é o que juro a V. M." (1)

(1) Varnhagen—Op. Cit. Pg. 133.

(1) Assis Cintra. "D. Pedro e o grito do ipyranga". Pgs 54-55

Em 9 de Novembro, defendia a idéa de serem consultados os deputados americanos, antes de ser decretada alguma providencia sobre os interesses do Reino do Brasil. E adiantava que executaria tudo o que parecesse conveniente ás Côrtes, a quem elle chamava então de "sabias e prudentes", (2) para depois infamál-as em um documento indigno de sua alta jerarchia, (3) com a taxa de "hediondas e pestíferas", o que lhe motivou seria reprimenda do bom rei seu pai, lembrando-lhe a sua dignidade de príncipe-regente, e recommendando-lhe compostura na linguagem.

Ao ter noticia das representações que lhe iam ser dirigidas pelo Senado da Camara do Rio de Janeiro, e pelas Juntas de S. Paulo e Minas, apressou-se em communicar ao pae, na caria de 15 de dezembro, que só a força seria capaz de obrigar-o á faltar ao cumprimento de seu dever. E concluia: "sou fiel e honrado."

Em 9 de Janeiro, dando noticia do *Fico*, esquecera todas as suas palavras categoricas das cartas precedentes: já não falava em «honra,» em «constitucional,» em «fidelidade,» ás ordens régias. Alludia agora ao seu agradecimento para com o povo, que «tanto o amava.» Na de 23 do mesmo, achava que a Independencia lhe parecia inevitavel. e communicava a demissão de tres ministros, por serem «medrosos,» e a nomeação de José Bonifácio, Caetano Pinto e Joaquim de Oliveira Alvares.

Na sua correspondencia não se nota a transição dos sentimentos. De partidario acerrimo da união, passa subitamente a independencista. D. Pedro era um temperamento leviano, ambicioso, contradictorio. Espirito sem cultivado, bella intelligencia sem estudos, com os dotes politicos da famigerada Bourbon que o concebeu, sem educação mundana, o

(2) Assis Cintra—Ib. Pg. 60.

(3) " " " " 89.

papel que desempenhou na jornada de nossa emancipação foi inspirado pela sua vaidade irresistível de merecer o título de «fundador de um novo Império», com que lhe acenaria a proclamação de Lêdo e Januário, quando do seu regresso de Minas. Rompeu as juras vehementes que fizera a seu pae e Senhor; esqueceu os deveres moraes que o prendiam á causa da Metropole, impostos pelo seu cargo de lugar-tenente do Rei na administração do Brasil, pela velleidade de se erigir em Imperador, de ser elevado á dignidade majestatica. E' certo que a sua desobediencia, a sua vaidade desordenada, nos serviram de alguma cousa. De alguma cousa, dizemos nós, e não de tudo, porque resistir á vontade nacional seria inutil no estado de exaltação em que andavam os espiritos brasileiros guiados por homens que bem poderiam assumir as funcções de organisadores da nação liure. A Independencia ter-se-ia feito mesmo sem o consenso do principe, em 1822, com a Republica. Foi, porem, um grande bem que a obra de nossa separação assentasse na monarchia, que era então o regime capaz de conciliar as aspirações no vasto territorio do paiz, formula de transição para a consolidação da unidade territorial. Operada a Independencia com a Republica, teriamos afundido os destinos da causa nacional nas mesmas vicissitudes que, durante meio seculo, malbarataam a ordem e a prosperidade nos paizes hespanhóes da America. (1)

A independencia era já muito arraigada no espirito dos brasileiros, como reconheceu o principe, em uma de suas cartas a D. João. Não fora em vão que pereceram no patibulo das Ordenações os heróes que a sagraram com a vida. A semente germínara e fructificara no intimo do vasto paiz, cuja minoridade se não havia de prolongar alem da tarde do Ipyranga.

(1) Calogeras—R. do Brasil—Out., 1919. L. Muller—Conferencia—R. L. Portuguêsa.

A fundação do Grande Oriente do Brasil não obedeceu a intuito mais elevado que o de constituir o em fulcro do movimento emancipador. Elle desempenhou a função de coordenar os elementos dispersos, que poderiam assegurar o triumpho completo da grande cruzada. A' sua frente, estavam as figuras mais prestigiózas do momento, representando todas as classes da actividade social. Dentre ellas, destacavam-se, então, pela acção notavel nos acontecimentos desenrolados, José Bonifacio e Gonçalves Lêdo.

Um, o sabio illustre que, em demorada estada no velho Mundo, se enriquecera de variados e profundos conhecimentos, que o tornaram digno de figurar entre os mais insignes homens cultos de seu tempo. Outro, modesto jornalista.

Sem ser douto, era entretanto portador de argúta intelligencia e solida cultura mental, que lhe granjearam os triumphos de sua carreira parlamentar e jornalística.

Sem ser bafejado pela aura da celebridade, fez pela independencia de sua patria mais que os poderózos, a quem a fortuna do throno favorecia. Sem ser ministro de Estado e conselheiro do Paço, sua acção para o advento da liberdade civil do paiz foi immensamente mais nobre, mais desinteressada, mais fecunda que a do sabio ministro que assume perante a Historia, pasmada, o patriarchado da nacionalidade.

Os anhélos de seu grande coração, os anceios de sua alma liberal, as aspirações de seu espirito adiantado, elle reboou pelas abobadas dos templos masonicos, e dahi ellas sahiram para o grave ambiente dos gabinêtes ministeriaes, a serem transformadas em medidas politicas que outros referendavam, recolhendo-lhes a gloria da iniciativa. Gonçalves Lêdo foi o grande inspirador das providencias mais democraticas que José Bonifacio adoptou, para preparar a emancipação. Mas toda a gente, incluídas as intelligencias mais cultas do paiz, esquecêra os

serviços, no entanto inolvidáveis, do inclyto patrióta, á campanha autonomista do Brasil.

Causa hoje espanto fallar com esta inflexão na sua influencia preponderante nas luctas de 1822. Muitos perguntarão quem é este Gonçalves Lêdo. Outros sustentam á porfia que a gloria de «patriarcha» pertence indisputavelmente a José Bonifacio. Mas, senhores, a historia não conhece essas consagrações immutaveis, que prejudicariam o plano de suas construcções. Clio não rende cultos á ingratição, não vóta ao esquecimento os mais dignos de sua reverencia.

Sua perspectiva abrange, ás vezes, seculos, para bem definir os traços de suas imagens.

No tocante á Independencia, vemos raiar luz sobre pontos interessantissimos, que a geração de hoje tem o dever de examinar com o maximo cuidado. Quando a Historia se renova, ninguem tem o direito de lhe perturbar a evolução, e acenar incredulamente a cabeça, para repousar sobre as noções bebidas, muitas vezes inteiramente desmoronadas pela fôrça de revelações inauditas. Demoremos um pouco sobre Feijó. Deputado paulista ás Côrtes portuguezas, seu nome está arrolado, no respectivo "Diário", sessão de 6 de julho de 1822, entre os dos que, em respôsta ás noticias do «Fico», votaram pelo regresso á Europa do principe regente. Padre catholico apresentou em 1827, no Parlamento Brasileiro, um projecto abolindo o celibato ecclesiastico. Depois, arrependido, pediu perdão aos seus confrades de Egreja, narra-nos o dr. Martim Francisco. (1)

Entretanto Feijó passa por ser um homem sem manchas.

«Homem máo, esse côxo de mulêtas», escreveu a condessa de Iguassú, filha da Marqueza de Santos. (2)

(1) «Contribuindo»

(2) Apud A. Rangel — «D. Pedro I e a Marqueza de Santos». Annexos.

Para o sr. Eugenio E'gas, que escreveu dois volumes sobre a sua vida, ella era um semi-deus. O sr. Oliveira Vianna, eminente sociologo, cujos creditos se acham firmados em obras de grande valor, em seu ultimo livro, diz que o Brasil devia cultuar a memoria de Feijó, como os antigos a dos seus poliados fundadores. (1)

O 1º. marquez de Paranaguá ascendeu a todas as dignidades do Imperio : deputado, senador, ministro, conselheiro de Estado, grã-cruz da ordem do Cruzeiro. Guerreou a Independencia com todas as fôrças. Residiu em Portugal longos annos; lá se consorciou e constituiu familia. Quando da eleição para os primeiros representantes do Brasil ás Côrtes, foi escolhido, porque era brasileiro e residia já em Lisboa. No Parlamento só se distinguio pelas medidas que propugnou, de odio ao Reino americano. Corria parellas, pela acrimonia de suas objurgatorias, com os mais exaltados espiritos da reacção portugueza. Borges Carneiro, Trigôso, Moura, Ferreira Borges. Chegou a dizer certa vez que se envergonhava de haver nascido no Brasil. Votou em favor de todas as medidas tomadas pelas Côrtes para recolonisar a sua patria. Naquelle recinto, onde explodiam todas as animosidades contra o Brasil, elle disse, em discurso, que estava prompto a atravessar o oceano—«nem que fôsse a nado», para submeter as velleidades autonomistas dos seus compatriotas. (2) Mas, a recompensa de tanta infamia são as grandezas publicas que o revestiram no passado regime, e o conceito em que o têm os nossos historiadores.

Josè Bonifacio desenvolveu a mais ferrenha perseguição aos que poderiam fazer-lhe sombra ao prestigio. Amigo deslealissimo, não escolhia meios por se desfazer de seus emulos, que eram justamente os

(1) O. Vianna. «Pequenos ensaios de P. Social».

(2) «D. Côrtes» (1822) e Varnhagen—«H. da Independencia»

mais notaveis patriótas de 22.

Espirito intolerante, voluntariôso, despotico, como redobradamente provou durante o seu ministerio. Seduzido pela politica, não recuava ante os expedientes que lhe permittissem afastar das posições os seus rivaes. Os Andradas foram a mais perfeita organização de aulicos bajuladôres, quando nas graças do poder. Temperamento de olygarcha, aquelle não trepidou em fazer nomear ministro da Fazenda ao seu irmão Martim, cuja significação politica se anniquilára em S. Paulo. Para collocá-lo, creou-se a pasta das finanças, addicta até então á do Reino. Essa nomeação causou pessima impressão na epocha. José Bonifacio não esqueceu os inimigos do mano, e moveu-lhes terrivel perseguição, que foi a causa de sua quèda, quando o Imperador mandou archivar a segunda devassa. Nascera para politico de aldeia, taes eram os dótes pequeninos de intriga, de ciu-mes, de odiosidade que deformavam sua grande capacidade mental.

Os seus confrades de Maçonaria delle receberam as mais acerbos ingratidões. Desde que D. Pedro se filiou em nossa ordem, começou Bonifacio, que foi aliás quem o propoz, a recear pelo esplendor de sua estrella. Dahi por diante se desenrolou a sua attitude injusta contra os membros das Lojas Metropolitanas que podiam obscurecer-lhe o valimento. Gonçalves Lêdo esteve exilado um anno na Argentina, escorraçado pela politica truculenta do primeiro ministro. Sua cabeça esteve a premio. Conseguindo escapar-se, disfarçado, homisiou-se na fazenda de um seu amigo no E. do Rio, e dali se evadio. E o jornalista fluminense não era um desclassificado: revestia-o a dignidade de deputado, cujas prerogativas foram desacatadas. Como elle, o general Pereira Nobrega, o marechal Joaquim de Oliveira Alvares José Clemente Pereira e outras figúras salientes da Independencia soffreram os vexames mais crueis, infligidos pelo sabio estadista de Santos.

Seu espirito violento já se fizera conhecido quando exercêra a Intendencia de Policia no Porto, onde, contam as chronicas contemporaneas, commetteu excessos de auctoridade, que mantiveram, em torno da lembrança de sua administração, as recordações mais atrózes.

Lêdo para Bonifacio tinha o crime inexpiable de haver querido fazer mais que elle pela emancipação nacional. O jornalista intemerato e intemorato do «Revérbero» era dotado de rara organização combativa, escudada numa fibra de patriotismo que lhe já estremecia as entranhas desde a mocidade academica. Para Lêdo não havia que demorar na declaração da autonomia do Brasil. O commum dos nossos historiographos afina pela versão de que o conselheiro Andrada era o elemento ponderado da agitação nacionalista. Quasi todos repetem esta nóta gasta, segundo a qual o appellidado «patriarcha» teria, com a sua prudencia, com a sua sensatez, com a sua reflexão, salvo o ideal dos brasileiros de um fracasso inevitavei se ficasse entregue aos espiritos irreflexivos dos que compunham as columnas da propaganda. Mas será exacto isto? O que está hoje demonstrado sobejamente, nos estudos que o prof. Assis Cintra, tem publicado, em suas varias obras sobre o assumpto, (1) é que se não conhece nenhum gesto ostensivo de José Bonifacio, em prol da separação antes da medida tomada contra elle pelas Côrtes portuguezas, por proposta de Borges Carneiro, supprimindo-lhes os pingues honorarios que percebia, cumulativamente, como prof. da Universidade de Coimbra e inspector das obras no Rio Mondêgo.

O conselheiro se encontrava no Brasil desde 1819, recebendo honradamente remunerações pelos cargos que não exercia. Em represália ao acto do Congresso, o principe-regente mandou abonar-lhe a

(1) "Mentiras Historicas", o "Homem da Independencia", e "D. Pedro I e o grito do Ipyranga".



importancia de seis contos de reis annuaes. Por este preço, o conselheiro transformou-se em «patriarcha». Antes disto, elle vivia retirado nos seus dominios bucolicos de «Outeirinhos», no convívio amavel de seus livros e de suas colleccões mineralogicas, esquecido do papel que as mentiras officiaes da historia lhe reservavam no futuro. Mas, nos templos maçonicos já se trabalhava pela causa da Patria, com um desinteresse edificante, antes que o novo Cincinato abandonasse a doçura vergiliana das paysagens amigas pelo scenario da politica do reino. Grande confiança depositavam nelle os que, na Maçonaria, architectavam a felicidade do Brasil. Fundado o Grande Oriente, entregaram-lhe a summa dignidade, pensando que elle converteria o malhête de ouro em clava do ideal por que todos ali pugnavam. Gonçalves Lêdo era então o maçon mais prestigiôso que teria reunido em torno de si o apoio necessario para dirigir os destinos maçonicos naquella phase tão gloriôsa, quão rude, para a Ordem.

Mas a sua modestia infinita, que mais tarde o levaria a recusar pastas ministeriaes e o titulo de Marquez, conferiu ao sabio Andrada a suprema curul daquelle sodalicio patriotico. Lêdo esteve sempre collaborando com elle pela aspiração commum. Um argumento que tem vindo a lume contra a actuação de Gonçalves Lêdo, é o facto da fundação do «Apostolado» por José Bonifacio. Attribue-se esta iniciativa ao desejo de opoderôso Ministro depurar os principios maçonicos que estariam sendo trahidos no Grande Oriente. Esta conjectura està destruida diante dos factos. O barão do Rio Branco, em nóta á obra de Varnhagen, (Pg. 167) esclareceu o caso. O Apostolado, ou «Nobre Ordem dos Cavalheiros da Santa-Cruz» já existia em 2 de junho. Presume-se que tenha sido fundado para contrastar com a influencia absorvente do Grande Oriente, onde preponderava o partido de Lêdo. José Bonifacio antes de ser acclamado chefe do Apostolado, era já Grão-Mestre

da Maçonaria, e delle também fazia parte Gonçalves Lêdo. D. Pedro, quando de sua profissão maçônica, em 13 de julho de 1822, era o chefe supremo da «Ordem de Santa Cruz», com o título de Archon-  
te-Rei. Entrou na Maçonaria por propôsta do Ministro Andrada. Não havia nenhuma rivalidade entre as duas poderôsas agremiações, como se conclue desta exposição. O rompimento entre Lêdo e José Bonifácio só se declarou em setembro, quando se cogitou, no Grande Oriente, da aclamação de D. Pedro como imperador constitucional do Brasil.

E' interessante notar que os debates travados ali sobre factos da Independencia, davam a impressão de uma assembléa parlamentar, onde se discutissem os negocios publicos.

Os historiadores môfam daquella gravidade politica que assumiam as deliberações do Grande Oriente.

Mas, o que è indiscutivel é que, naquelle momento angustiôso para a Patria, a existencia de uma corporação poderôsa como a Maçonaria na Capital do futuro Imperio suppria a falta de um consêlho politico deliberante, para encaminhar e realisar a conquista da Independencia. Da Maçonaria sahiram os alvitres mais opportunos para caracterizar o movimento, e lizongear o principe, afim de lhe captar a solidariedade com a aspiração universal.

Na sessão de 4 de maio, a Maçonaria resolveu, por propôsta do brigadeiro Domingos Alves Branco Muniz Barrêto, que se conferisse ao principe D. Pedro um titulo, em nome do pôvo. Ficou assentado que tal titulo seria o de «Protector e Defensor Perpetuo do Brasil». Lêdo e Januario redigiram o discurso que o presidente do Senado deveria pronunciar, na cerimonia da entrega. Foi escolhido o dia 13 do mesmo mês, em homenagem ao natalicio do regente, para se lhe fazer solenne imposição do titulo, que foi acceito, sem o «Protector», por acreditar o homenageado que o Brasil não precisava de protector, pois a si mes-

mo se protegia. «Defensor perpetuo do Brasil» aureolou até o 15 de novembro de 89 o nome dos nossos soberanos. (1)

A convocação de um conselho de procuradores geraes de provincias foi idèa de José Bonifacio, conforme documento exhibido por um illustre membro do I. Historico Brasileiro, contra o testemunho de Porto Seguro e Rio Branco.

Mas, José Bonifacio subiu ao poder em 16 de Janeiro de 1822, e em fevereiro ainda não havia dado um passo para a realisação de tão alta quão necessaria medida politica.

Foi preciso que Gonçalves Lêdo, José Clemente, Nobrega e o padre Januario tomassem a resolução, no club maçonico de que faziam parte, de representar ao Senado da Camara para que este solicitasse do Principe a convocação dos eleitôres de parochia para a eleição dos Procuradores, o que foi decretado a 16 de fevereiro. De Minas Geraes, a instancia da Maçonaria, viera uma representação ao principe no mesmo sentido. As eleições marcadas para 18 de abril, foram adiadas pelo Ministerio.

Appellou então a Maçonaria para a convocação da Constituinte, por iniciativa de Gonçalves Lêdo, e a 23 de Maio, o Senado da Camara entregou a mensagem em que a Municipalidade e povo do Rio de Janeiro requeriam ao principe-regente convocasse a reunião de uma assembléa geral constituinte. Para se pronunciar sobre este assumpto, o principe reunio os procuradôres geraes a 2 de junho (Azevêdo Coutinho e Lêdo, pela provincia fluminense, e o deputado cisplatino Lucas José Obes).

Nesse mesmo dia, o conselho dirigiu a D. Pedro uma falla energica, da auctoria de Lêdo, que começava por estas palavras: « Senhor! A salvação publica, a integridade da Nação, o decôro do

---

(1) Varnhagen—Pgs. 158—9.—Laudelino Freire—Conf.<sup>a</sup> no. I. Historico. D. Off. Maio—922.

Brasil e a gloria de V. A. Real instam, urgem e imperiosamente commandam que V. A. Real faça convocar, com a maior brevidade possivel, uma Assembléa Geral de representantes das provincias do Brasil.»

No dia 3 de junho, D. Pedro assignou o decreto de convocação, referendado por José Bonifacio. Foi Gonçalves Lêdo quem lavrou o decreto, que ainda fallava na «manutenção da integridade da monarchia portugueza». O sr. Agenor de Roure (1) forceja por demonstrar que Lêdo em tudo isto agia insinuado por Bonifacio, que dava a impressão de ceder aos acontecimentos, quando, segundo aquelle historiographo, o certo è que os inspirava. Ora, Gonçalves Lêdo era um espirito bastante arrebatado, impetuoso, ultra-liberal, que recebeu do Barão de Mareschal, em correspondencia para a Austria, a denominação de exaltado e anarchista. Não é de crer que elle ficasse aguardando instrucções do conselheiro Andrada, para agir em prol de uma causa onde estava empenhada toda a su'alma ardente de patrióta. Demais, o sabio paulista era um temperamento politico em antithese com o de Lêdo: bajulador da realza, conservador atrazado, orgulho e vaidade sem limites.

Vêde os manifestos de agosto, do principe regente, um redigido por Lêdo, aos brasileiros, outro da lavra de José Bonifacio, às nações amigas. A linguagem daquelle é vehemente e inflamada de patriotismo, onde ressumbra claramente o emancipacionista. Conclue com estas palavras: «Não se ouça entre vós outro grito que não seja—*União*. Do Amazonas ao Prata não retumbe outro echo que não seja—*Independencia*».

O de José Bonifacio é uma peça inhabil, pela virulencia das expressões. Tratando-se de uma men-

---

(1) Conf.<sup>a</sup> no I. H. Brasileiro. D. Official. Maio—1922.

sagem endereçada ás nações amigas, o sabio de Santos demorou-se em analysar governos tyrannicos dos antepassados de D. Pedro, desde Cabral, e terminava afiançando que o Brasil não desejava quebrar a união da monarchia lusa.

A publicação destes manifestos foi resolvida em sessão da Maçonaria, de que já fazia parte, desde 13 de julho, o principe D. Pedro. Já convertido á causa do Brasil, o regente quiz filiar-se na poderósa agremiação que estava sendo a móla myteriósa dos factos, por intermedio de seu grande vigilante e de seu Grão Mestre. Varnhagen diz que sua admissão se deu a 2 de agôsto, mas o barão do Rio Branco, sempre mais bem informado na exactidão das datas, fixou-a em 13 de julho, como se collige de suas «Ephemerides» (Pg. 293—2 de junho). Gonçalves Lêdo fêl-o grão-mestre em 14 de setembro, segundo Rio Branco.

No 20.º dia do 6.º mês maçônico em sessão do Grande Oriente, presidida pelo 1º Grande Vigilante Joaquim Gonçalves Lêdo, «d'rig'u este, do solio, um energico e fundado discurso, demonstrando, com as mais solidas razões, que as actuaes circumstancias politicas de nossa patria, o rico, fertil e poderóso Brasil, demandam e exigem imperiosamente que a sua categoria seja inabalavelmente firmada com a proclamação da nossa Independencia», diz a acta dessa memoravel assembléa. Naquella reunião, convocada extraordinariamente, com um fim especial, iam se decidir os destinos de nossa Patria. O Brasil não queria mais ser tutelado do velho reino brigantino, e aquelle pugillo de patriótas ia lançar a ultima cartada pela separação. Elles não queriam esperar que a separação viesse por circumstancias eventuaes, quando a fatalidade dos destinos dos póvos assim o quizesse. Não, a independencia havia de ser um facto, dentro em breve, mas propulsionada pela vontade energica dos brasileiros.

Não se sabe até hoje porque José Bonifacio não

compareceu a essa sessão, de cujo fim elle sabia, como todos os demais membros das lojas metropolitanas. Será porque sua qualidade de ministro o impedisse de trabalhar pela Independencia? E' incrível. Será porque não desejasse já a separação? Recusamos responder a esta interrogação.

Continuando a narração dos successos daquella assembléa, réza a acta: "Disse que socegado, mas não extincto, o ardor da primeira alegria dos animos, por verem prestes a realizar-se a vontade geral da Independencia e engrandecimento da Patria, propoz ainda o mesmo Grande Vigilante Joaquim Gonçalves Lêdo a necessidade de ser esta sua moção discutida, para que aquelles que pudessem ter receio de que fosse precipitada a medida de segurança e engrandecimento da patria, que se propunha, a perdessem, convencidos pelos debates de que a proclamação da Independencia do Brasil é a ancora da salvação da nossa patria. Em consequencia do que, dando a palavra a quem quizesse especificar seus sentimentos, fallaram varios membros, e todos approvaram a moção, reconhecendo a necessidade imperiosa de se fazer a Independencia do Brasil." A proposta foi novamente discutida a 23, em sessão presidida ainda por Gonçalves Lêdo. Ficou ahi deliberado que se enviassem emissarios a tratar da proclamação em diversas provincias: o padre Januario da Cunha Barbosa para Minas; João Mendes Vianna para Pernambuco; o brigadeiro José Egydio Gordilho para a Bahia. As despezas com a viagem e acclamação seriam feitas pela Maçonaria.

Antes que das aguas lustraes do ribeiro pacifico, testemunha do acontecimento magno de nossa historia, surgisse o Brasil independente, pelo brado do principe regente, independente já era elle nos templos maçonicos, pelo verbo dominador do grande e glorioso maçon, a cuja memoria rendemos esta homenagem, rememorando os seus feitos em prol da Patria.

Um erro chronologico, que não sabemos como explicar, fixou, durante muito tempo, a data do discurso de Lêdo em 9 de setembro. Quasi todos os nossos historiadores commettem esse equívoco, que, a não ser corrigido, tiraria todo o merito da iniciativa do ardoroso tribuno fluminense.

Rocha Pombo, que não conhecia certamente a obra do Visconde de Porto Seguro, editada só em 1916, foi o ultimo dos que concorreram para fortalecer a noção errada do dia. A acta faz menção do 20º dia do 6º mês maçónico, que o proprio Varnhagen traduziu para 9 de setembro. Em quóta á "Historia da Independencia" do egregio "principe de nossos historiadores", (1) o Barão do Rio Branco esclareceu definitivamente a duvida, estabelecendo em 20 de Agosto o dia da sessão do Grande Oriente, cujo centenario, senhores, viestes nos ajudar a commemorar, envolvendo, numa atmosphera de civismo e de gloria, a reminiscencia do maçom e patriota immortal que foi o seu paladino.

Gonçalves Lêdo bem merece esse tributo que a posteridade lhe está prestando à memoria, uma nobre reparação historica da obscuridade em que estava seu nome, obumbrado por falsos nomes. Agora é que o juizo definitivo da historia se está pronunciando sobre os factos e os homens da Independencia.

Para terdes uma idèa do olvido a que se tinha condemnado o grande homem da Independencia basta saberdes, senhores, que o governo paulista solicitou um retrato de Lêdo para ser collocado no salão principal do monumento do Ipyranga. Os jornaes annunciaram a bella homenagem; revolveram-se os museus e bibliothecas do paiz: não se encontrou a effigie do immortal patriota. E o governo de S. Paulo soube que nos Estados Unidos da America do

(1) O. Lima—"Elogio academico de Varnhagen. R. A. Brasileira, 1911.

# Ave, Brazil !

( HOMENAGEM INFANTIL )

*Da florida prisão de um ninho verdejante  
Offuscada do sol pelas fulgurações,  
Tentava, em balde, voar um passaro gigante  
Acorrentado aos pés por pesados grilhões.*

*Por que nascera, assim, tão grande e sobranceiro ?  
Por que tivera a força e as azas de Condor,  
S; não mais poderia—eterno prisioneiro—  
Os espaços além, num minuto transpor ?*

*Mas um anjo de luz—mensageiro de gloria,  
O seu braço potente, um dia, levantou,  
E ardoroso, vibrando um grito de victoria  
Num gesto de bravura as cadeias quebrou.*

*O Condor eras tú, oh meu Brazil querido,  
Patria Augusta, immortal, de um povo altivo e forte ;  
E foi a Liberdade, esse anjo destemido  
Que te salvou bradando "Independencia ou Morte !"*



*A minha alma infantil, minha alma pequenina  
Hoje, ao ver-te nação, entre as nações primeira,  
Ante o teu Pavilhão auri verde se inclina  
Saudando-te, feliz, ó Patria Brasileira !*

**Carolina Wanderley.**

*Setembro — 1922 —*



## Sobre a particula QUE

---

Afigura-se-nos azado o momento para a publicação de ligeiro trabalho attinente á lingua portugueza e dedicado aos estudiosos. Porque a lingua è um dos aspectos materiaes da patria. Amar aquella, tratá-la com illimitado carinho, é contribuir para o engrandecimento desta.

Nunca deixaremos de incitar nos moços interesse pelo estudo do vernaculo. Alguns, desconsiderando a importancia desse estudo, infelizmente, del-se afastam, por amor, muitas vezes, ao cultivo de linguas estrangeiras.

Nós brasileiros devemos, sobremodo, prezar o legado valioso de uma raça que, hoje, embora ja longe vão os rumores de seus successivos triumphos, ainda attesta ao mundo, admirado dessa penosa odysseá aerea do Atlantico, ha pouco realizada, a coragem, a constancia, a fé e a ousadia dos antepassados, quando, na febre de conquistas, affrontavam o furor de mares desconhecidos, desvendavam a existencia de novas terras, domavam selvagens e enfrentavam, desassombradamente, as hostes inimigas.

Exaltemos, com Afranio Peixoto, a «lingua materna, patrimonio historico que herdámos dos nossos maiores e que nos cumpre herdar aos nossos filhos, pura e perfeita, gloriosa lingua com que se descobriu o mundo á Civilização, e com a qual lhe

descobriremos, bem presto, todas as capacidades da civilização brasileira. »

Affirmemos, com Feliciano de Castilho, que ella «E' uma lingua bella; é uma lingua rica; é uma lingua para tudo; quem o desconhece? por tudo isto, e porque é nossa, e porque é, como todas, susceptivel de ainda maior lustre, devemos amal-a, servil-a, defendel-a de desacatos, restituil-a ao seu throno, alteando-lh'o, e redoirando-lh'o, e nelle mantel-a senhoril, como as mais soberbas, em vez de se andar á esmola, pintalgada de farrapos estrangeiros, e caindo de debilidade.»

Bemdigamos a sublimada inspiração de Bílac, quando, volvendo os olhos ao passado, saudou a lingua de seus paes, num arroubo de sentimento:

«.....»

Amo o teu viço agreste e o teu aroma  
De virgens selvas e de oceano largo!  
Amo-te, ó rude e doloroso idioma

Em que da voz materna ouvi: 'meu filho!',  
E em que Camões chorou, no exilio amargo,  
O genio sem ventura e o amor sem brilho! »

—Nossa linguagem não quadra ao desenvolvimento de assumpto que pede, para ser gostosamente estudado, expressão limpida, penetrante e amena. Em terreno tão escabroso, onde os abysmos succedem aos abysmos, onde os numerosissimos accidentes formam emmaranhada urdidura, bem reconhecemos nosso passo de viajor ainda pouco experimentado...

Será isto, porém, motivo para não fazermos, ao menos, tentativas de encaminhamento? Respondam, por nós, as conhecidas palavras do exilado de Jersey, na *Lenda dos seculos*: "... mais il est

permis même au plus faible d'avoir une bonne intention et de la dire."

—x—

O *que* é syllaba composta, incomplexa e directa, representada pela consoante guttural, explosiva forte *q* e o monothongo *ue*.

Facto curioso: esse vocabulo, minuscuro na graphia, ainda menor na pronuncia, pois sua letra medial é insonora, é dos de nosso idioma o que maior numero de funcções exerce. Já nomeia cousas; já expressa qualidade ou quantidade indefinita; nomes representa; orações enleia; ora revela impulsos da alma; ora figura como gracioso ornato da phrase, contribuindo, assim, para lhe suavizar as asperezas.

Estudemos, primeiramente, suas funcções taxionomicas:

O *que* é:

1) *Substantivo*, significando *certa cousa* ou *embaraço, difficuldade*:

Havia um *quê* de tristeza no semblante de todos os presentes — Este negocio tem seus *quês*.

Seguindo a norma das palavras *substantivadas*, o *que*, neste caso, vem regido de determinativo e póde variar em numero.

2) *Adjectivo qualificativo*, quando dá ao *nome* particular significação de intensidade, em phrases exclamativas:

«*Que* musa de tamanços ! uma pêga humana!  
*Que* imagem ! *Que* allegoria tão ignobil, e extractada do vocabulario da ralé!»

«—A mim?! *Que* idéa!»

(Camillo C. Branco).

*Que* povo ! *Que* procedimento o desse homem !

*Que* menino ! *Que* coincidencia ! *Que* heroe !

3) *Adjectivo indefinito*, si, referindo-se a substantivo, tem o sentido de *qual* ou o de *quanto*, vin-

do, no segundo caso, anteposto a *de*:

«...verá com *que* salva de artilharia o recebe...»

(Manoel Bernardes).

“Entre os resgatados, *que* de cidadãos bemfazejos...”

(Ruy Barbosa).

4) *Adjectivo interrogativo*, si, em phrases interrogativas, modifica o substantivo. E' o *que* adjectivo indefinito, servindo para interrogar:

«*Que* fado produziu e conserva tudo isto?»

(Feliciano de Castilho).

5) *Pronome relativo*, quando se refere a substantivo ou pronome que o antecede, equivalendo, então, a *o qual*, *a qual*, *os quacs*, *as quacs*:

«Não é sisudo o juiz

*Que* tem geito no *que* diz

E não acerta o *que* faz.»

(Gil Vicente).

6) *Pronome indefinito*, si tem a significação de *que coisa*:

Não sei a *que* te referes.

7) *Pronome interrogativo*, si, em phrases interrogativas, equivale a *que coisa*. E' o *que* pronome indefinito, servindo para interrogar:

«*Que* receia o delinquente,

Se o seu crime não é patente

A' luz da publicidade?»

(M. Bernardes).

8) *Adverbio*, exprimindo *quanto*, *quão*, *como* e referindo-se a adjectivo ou a adverbio:

«Deus! *que* nobre e soffredor fizeste o coração do homem!»

(C. C. Branco).

*Que* profundamente soffres!

9) *Conjunção approximativa*, correspondendo a *e*, em phrases como estas:

Rema *que* rema.—Denunciae os verdadeiros culpados, *que* não a mim, innocente de tudo.

A ajudou já, nest'outra a ajude e siga.»

(Camões).

18) *Subordinativa causal*, si é conversível em *porque*, *pois que*, *porquanto*, *visto que*, *já que*:

“Não chores, meu filho,  
Não chores, *que* a vida  
É luta renhida,  
Viver è lutar.”

(G. Dias).

19) *Subordinativa comparativa*, si è correlativo a *antes*, *assim*, *mais*, *menos*, *maior*, *menor*, *melhor*, *peor*, podendo vir regido de *de* ou *do*:

“Homem de um só parecer,  
De um sò rosto, de uma só fé,  
D'*antes* quebrar *que* torcer,  
Elle tudo póde ser,  
Mas, de certo, homem não é.”

(Sá de Miranda).

“Porém o meu parecer  
E' que o ditoso casar  
Es'á *mais* em acertar  
*Que* em saber escolher.”

(G. Vicente).

«Os nossos maiores, porém, curavam *mais* de praticar façanhas, *do que* de conservar os monumentos dellas.»

(A. Herculano).

«.....segundo  
Se vê, ninguém já tem *menos* valia,  
*Que* quem com mais razão valer devia.”

(Camões).

“Não ha *maior* erro, *que* não conhecer um homem seu erro.”

(Heitor Pin'ó).

“Porque essas honras vãs, esse ouro puro  
Verdadeiro valor não dão á gente:  
*Melhor* é merecel-os, sem os ter,  
*Que* possuil-os sem os merecer.”